

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2009

Que fazem, na forma abaixo, de um lado, o **SINDICATO DAS SANTAS CASAS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS DO ESTADO DA BAHIA – SINDIFIBA**, CNPJ nº 96.777.958/0001-62 sito à Rua Belo Horizonte, 64 Centro Empresarial Barra Master, 1º andar, sala 112 - Barra Avenida, CEP 40.140-540, nesta Capital, e, do outro lado o **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DA BAHIA**, sito à Avenida Manoel Dias da Silva, 486, Edifício Empresarial Manoel Dias, sala 205 - Pituba, nesta Capital, neste ato representados por seus respectivos Presidentes.

CLÁUSULA 1ª - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção abrange os enfermeiros, neste ato representados pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia e que laboram para as empresas pertencentes à categoria econômica representada pelo SINDIFIBA.

CLÁUSULA 2ª - REAJUSTE SALARIAL

As empresas integrantes da Categoria Econômica representadas pelo SINDIFIBA concederão aos seus empregados integrantes da categoria profissional reajuste salarial da seguinte forma:

- a) 6% (seis por cento) sobre o salário de abril/2008, com vigência a partir de 01 de maio de 2008.
- b) Para os empregados que recebem salário base mensal igualou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), ficam as empresas autorizadas a negociar livremente índice de reajuste de salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Serão compensadas todas as antecipações espontaneamente concedidas pelas empresas a partir de 01 de maio de 2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Somente não serão compensados os aumentos concedidos por força de promoção, transferência, equiparação salarial, méritos, planos cargos e acordos judiciais ou extrajudiciais expressamente concedidos a títulos de aumento real.

CLÁUSULA 3ª - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias realizadas além da jornada legal serão remuneradas com adicional de 75% (setenta e cinco por cento) em relação ao valor da hora normal trabalhada. Já as horas extraordinárias realizadas nos dias destinados ao repouso e nos feriados serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica ajustado, com base no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal/88, que as horas laboradas em sobrejornada poderão ser pagas ou compensadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para as Instituições localizadas nas cidades do interior do Estado da Bahia as horas extras serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por

cento) em relação ao valor da hora normal trabalhada. Já as horas extraordinárias realizadas nos dias destinados ao repouso e nos feriados serão remuneradas com o adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas integrantes da categoria econômica representadas pelo SINDIFIBA, ficam autorizadas a adotar o sistema de compensação de horas trabalhadas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia possa ser compensada pela correspondente diminuição de jornada em outro dia, de maneira que não exceda, no prazo máximo de 6 (seis) meses.

PARÁGRAFO QUARTO – Ficam as empresas autorizadas a utilizar-se da compensação de férias, adicionando-se aos dias de férias, os dias correspondentes à compensação prevista.

PARÁGRAFO QUINTO – As faltas assim como os atrasos injustificados serão descontados conforme legislação aplicável ou, dependendo da aprovação da chefia, compensados, mediante solicitação do empregado.

PARÁGRAFO SEXTO – Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, as horas trabalhadas e não compensadas serão pagas na rescisão.

CLÁUSULA 4ª - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO

As empresas concederão aos seus empregados um adiantamento quinzenal, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do salário base, entre os dias 15 e 20 de cada mês.

CLÁUSULA 5ª – TAXA ASSISTENCIAL

As empresas integrantes da categoria econômica descontarão de todos os seus enfermeiros, na folha correspondente ao mês de agosto/de 2008, a contribuição assistencial em valor correspondente a 2% (dois por cento) sobre o salário base de cada trabalhador, conforme previsão contida na Constituição Federal, no seu art. 8º inc. IV, verba esta destinada para manutenção das atividades do sindicato profissional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os trabalhadores que não concordarem com o referido desconto em seus vencimentos, poderão fazer oposição ao mesmo, especificamente no período de 1º de agosto de 2008 a 10 de agosto de 2008, devendo para tanto formalizar, assinar e encaminhar ao SEEB carta de oposição ao referido desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SEEB, por sua vez, deverá enviar às empresas até o dia 20 de agosto de 2008 uma relação nominal dos enfermeiros que tenham formalizado a sua oposição ao referido desconto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas deverão repassar para a secretaria do sindicato profissional a relação nominal da importância descontada, bem como efetuar o depósito bancário respectivo em favor do SEEB, na Agência – 0061; Conta – 1477-7; Banco – Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 10 dias úteis após a efetivação dos descontos.

CLÁUSULA 6ª - ASSISTÊNCIA MÉDICA/ODONTOLÓGICA

As empresas garantirão aos seus enfermeiros e dependentes legais, dentro dos serviços médicos que efetivamente dispuserem, no âmbito do seu próprio estabelecimento, assistência médica-odontológica, sem ônus para o beneficiário e sem obrigação de ampliação dos respectivos serviços para tal fim, desde que sejam utilizadas as dependências dos próprios hospitais.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que possuem seguro saúde ou plano de saúde ficam desobrigadas de prestar assistência médica a suas empregados nas suas unidades, independentemente de como venha a ocorrer o custeio.

CLÁUSULA 7ª - GRATIFICAÇÃO POR SETOR ESPECIALIZADO

Os enfermeiros farão jus a uma gratificação de 20% (vinte por cento) calculada sobre o salário base percebido, quando realizarem as suas atividades laborais em unidades especializadas, tais como: Centro cirúrgico, centro obstétrico, emergências, unidade de tratamento intensivo, infectologia, hemodiálise e CME (Central de Materiais Esterilizados). Este adicional será devido enquanto os trabalhadores estiverem exercendo tais atividades nos aludidos setores.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão do adicional fica limitado ao salário de ingresso no cargo, quando a empresa possuir plano de cargos e salários devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho.

CLÁUSULA 8ª - ATESTADO MÉDICO

As empresas estão obrigadas a acatar os referidos atestados médicos de seus enfermeiros, de conformidade com a legislação vigente (Súmula TST nº 282), encaminhando-o para o serviço da medicina do trabalho para avaliação.

CLÁUSULA 9ª - ABONO PARA ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

O enfermeiro poderá utilizar 5 (cinco) dias úteis ao ano, alternados ou contínuos, para participação em congressos, reuniões, simpósios, encontros e outras promoções que tenham por objetivo assuntos relacionados à atividade profissional do empregado e do empregador, desde que previamente avisando e acordando com o empregador, apresentando posteriormente comprovante da participação no evento.

CLÁUSULA 10ª - ANUÊNIO

Permanece como vantagem pessoal sob o título “anuênio congelado” em R\$ (reais) os valores praticados em 30/04/98, sobre os quais serão aplicados o mesmo percentual da cláusula 2ª. (Reajuste Salarial) desta Convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não fazem jus à vantagem prevista nesta cláusula os empregados que não a tenham adquirido até 30/04/1998.

CLÁUSULA 11ª - AUXÍLIO CRECHE

Será concedido para cada filho menor de 06 (seis) anos, inclusive os adotados legalmente, auxílio creche correspondente à R\$ 24,58(vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) por mês. As empresas que oferecem vagas em creche estarão desobrigadas de efetuar o pagamento do referido benefício.

CLÁUSULA 12ª - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas pagarão à família do enfermeiro, em caso de falecimento, o equivalente a R\$ 244,12(duzentos e quarenta e quatro reais doze centavos), a título de auxílio funeral, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da comunicação e apresentação do atestado de óbito respectivo. As empresas que oferecem seguro de vida aos seus empregados estão desobrigadas de efetuar o pagamento do referido benefício.

CLÁUSULA 13ª - UNIFORME

As empresas fornecerão aos seus enfermeiros 02 (dois) uniformes completos por ano, desde que seja exigido pela empresa a utilização do mesmo.

CLÁUSULA 14ª - ADICIONAL NOTURNO

Este adicional será pago na base de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada, para as empresas estabelecidas na capital e 20% (vinte por cento) para as empresas estabelecidas no interior.

CLÁUSULA 15ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

As empresas liberarão do trabalho o Presidente, o Vice-presidente, o Tesoureiro e o Secretário, e mais 1 (um) diretor em pleno exercício, por empresa, até o limite de 2 (dois), excluído desse cômputo o Presidente, assegurando o benefício a outros diretores que já estejam liberados, sem prejuízo da sua remuneração.

CLÁUSULA 16ª - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas colocarão à disposição do Sindicato dos Enfermeiros as cópias das guias de contribuição sindical e taxa assistencial com relação nominal, no prazo de 10 dias, após os descontos pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Sindicato dos Enfermeiros enviará até 30/01/2006, o valor da contribuição sindical dos enfermeiros para o Setor Pessoal das empresas, ficando a mesma responsável em aceitar a via com o valor designado por este Sindicato.

CLÁUSULA 17ª - CARGA HORÁRIA

Fica assegurado aos enfermeiros a carga horária semanal de 36, 40 ou 44 horas, desde que respeitada a proporcionalidade dos respectivos salários e de acordo com a conveniência de ambas as partes.

CLÁUSULA 19ª - GARANTIA DE EMPREGO PARA GESTANTES

Fica concedida a garantia de emprego à gestante, até 5 (cinco) meses após o parto.

CLÁUSULA 20ª - ALIMENTAÇÃO

Será concedido alimentação aos enfermeiros quando escalados no regime de plantão de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

CLÁUSULA 21ª - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os dirigentes sindicais, mediante identificação, terão acesso a locais e horários previamente determinados pela diretoria da empresa, para comunicar-se diretamente com os funcionários.

CLÁUSULA 22ª - PERICULOSIDADE

Será concedido aos empregados que trabalham sobre efeitos de radiações ionizantes, o adicional de periculosidade, incidindo este sobre o salário base correspondente, de conformidade com o que preceitua a legislação vigente.

CLÁUSULA 23ª - INSALUBRIDADE

Será concedido, de acordo com a legislação vigente, tendo como base de cálculo o salário mínimo legal.

CLÁUSULA 24ª - HOMOLOGAÇÕES

Toda e qualquer homologação de rescisão de contrato de trabalho, desde que prevista em lei, deverá ser feita na Entidade Sindical profissional.

CLÁUSULA 25ª - ADICIONAL DE APERFEIÇOAMENTO

Fica definido a título de “adicional de aperfeiçoamento” o índice de 5% (cinco por cento) do salário base inicial para os enfermeiros que comprovem o título de mestrado e/ou doutorado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Estão excluídos desse contexto os enfermeiros que ocupam cargo de coordenação e liderança.

CLÁUSULA 26ª - REFERÊNCIA SALARIAL

Fica proposto como referência salarial inicial da categoria o valor de R\$ 778,18 (setecentos e setenta e oito reais e dezoito centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor acima proposto será utilizado apenas como parâmetro, não gerando obrigação às unidades patronais.

CLÁUSULA 27ª - VALE TRANSPORTE

O vale transporte será concedido, quinzenal ou mensalmente, até o 3º(terceiro) dia útil posterior a data de cadastramento de cada empresa no SETPS, de forma integral para os 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias subsequentes, respectivamente de conformidade com a Legislação, facultando-se ao empregador a antecipação do valor correspondente diretamente em pecúnia ou através de crédito em folha de pagamento, e não será considerado salário utilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – A adoção da concessão do benefício mediante critério alternativo especificado no caput desta Cláusula, fica condicionada a realização de plebiscito, com participação do sindicato profissional, junto aos trabalhadores das empresas que até a data de assinatura desta convenção não tenham adotado este procedimento.

CLÁUSULA 28ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os comprovantes de pagamento ou contra-cheques deverão ser fornecidos e/ou disponibilizados pelas empresas aos seus empregados sem ônus para estes diretamente ou por meios eletrônicos, e emitidos de maneira que neles estejam discriminadas as parcelas pagas, inclusive o valor correspondente ao recolhimento do FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de necessidade da segunda via o empregado deverá solicitar diretamente à empresa.

CLÁUSULA 29ª - VIGÊNCIA

A vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho é de 24 meses, com início em 1º de maio de 2007 e término em 30 de abril de 2009, exceto em relação à cláusula 2ª (segunda) que terá validade por 12 (doze) meses e serão objeto de renegociação em maio de 2008.

PARÁGRAFO ÚNICO: O percentual que for negociado para reajuste dos salários em maio de 2008 deverá incidir também sobre as vantagens previstas nas cláusulas 11ª (décima primeira) e 12ª (décima segunda) da presente Convenção.

As partes declaram por si e pelos seus representantes legais, que adotarão todas as providências legais para formalização da presente Convenção.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04 (quatro) vias, para um só efeito.

Salvador, 28 de junho de 2007.

SINDIFIBA – Presidente
Laura Santos de Queiróz

SEEB – Presidente
Lucia Esther Duque Moliterno

Testemunhas
